

Ao JUÍZO DE DIREITO DA __ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO/RO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA – SICOOB AMAZÔNIA, inscrita no CNPJ sob o n. 03.497.143/0001-49, estabelecida na Rua João Goulart, n. 1500, Nossa Senhora das Graças – Porto Velho/RO - CEP 76804-172¹, através de seu advogado e bastante procurador infra-assinado que subscreve eletronicamente², vem, à digna e honrada presença de Vossa Excelência, nos termos dos arts. 786 c/c 824, ambos do *Novo* Código de Processo Civil, propor

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

em face de **ROBERTO DA ROCHA MATIAS**, inscrito no CPF n. 052.112.802-10, com endereço à Rua Salgado Filho n. 986, bairro Mato Grosso – Porto Velho/RO - CEP: 76804-386, em vista das seguintes razões de fato e direito a seguir expostas:

I – DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E DO SEU VENCIMENTO ANTECIPADO

Por conta das Cédulas de Crédito Bancário ns. 1458960, 1474068 e 1485148³, **a EXEQUENTE é credora da parte EXECUTADA, que**, por não ter saldado as parcelas⁴ nas datas avençadas, **e**, até a presente data, hoje, **apresenta um débito no valor de R\$ 11.997,24** (onze mil, novecentos e noventa e sete reais, e vinte e quatro centavos), devidamente atualizado e acrescido dos juros contratuais⁵ e legais até 14/10/2022, conforme demonstrado na ficha gráfica em anexo à inicial.

¹ **Documento 01:** Atos constitutivos

² **Documento 02:** Procuração

³ **Documentos 03:** Título executivo e extrato.

⁴ **Documento 04:** Ficha Gráfica / Cálculo

⁵ **Documento 05:** Cálculo atualizado



Com efeito, nos termos contratuais, uma vez inadimplida a obrigação, *em caso de impossibilidade de desconto dos valores na respectiva data de vencimento e de cada parcela por qualquer motivo, a CREDORA poderá considerar vencida antecipadamente a dívida total e iniciar cobrança judicial ou administrativa do (s) EMITENTE (s).*

Tendo utilizado de todas as formas amigáveis para o recebimento de seus créditos, sem, contudo, obter êxito, não testou alternativa senão o ajuizamento da presente medida.

II – DOS PEDIDOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Em razão do exposto, e tudo o mais que certamente será suprido pelo notável saber jurídico de Vossa Excelência, a parte EXEQUENTE, em súplicas, **espera e requer:**

1) Seja citado o devedor/executado, no endereço preambularmente declinado, **para que pague**, no prazo de 03 (três) dias, **a quantia de R\$ 11.997,24** (onze mil, novecentos e noventa e sete reais, e vinte e quatro centavos), devendo incidir correção monetária e juros de mora a partir de 25/04/2022 até a data do efetivo pagamento e honorários advocatícios a ser arbitrado.

1.1) requer ainda, caso o devedor/executado pratique qualquer ato atentatório à dignidade da justiça, seja o mesmo condenado em multa na importância de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do débito, que será revertido em benefício do credor, nos termos do art. 774, do Código de Processo Civil.

2) Após, seja intimado o devedor/executado, para, querendo, apresente embargos à presente execução.

3) seja determinado que as intimações e comunicações de estilo **se façam exclusivamente em nome dos advogados DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS**, (OAB/RO 2.013) e **MÁRCIO MELO NOGUEIRA** (OAB/AM A1388 e OAB/RO 2.827), bem ainda

nelas fazendo veicular o nome da Sociedade de Advogados à qual pertencem, qual seja, **NOGUEIRA E VASCONCELOS ADVOCACIA**, inscrita na OAB-AM sob o n. 78421, devidamente qualificada e indicada no instrumento de mandato coligido na espécie, nos termos do art. 272 § 1º do CPC, o que se requer sob pena de nulidade do ato.

III – DO VALOR DA CAUSA

Considerando o valor atualizado da dívida, **dá-se à presente causa o valor de R\$ 11.997,24** (onze mil, novecentos e noventa e sete reais, e vinte e quatro centavos).

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Porto Velho/RO, na data do protocolo.

MÁRCIO MELO NOGUEIRA
OAB/RO 2.827

DIEGO DE PAIVA VASCONCELOS
OAB/RO 2.013

RUAN CARLOS CORREIA DE FREITAS
OAB/RO 10.990

CLEILTON FERNANDES DE SOUZA
OAB/RO 10.359